



**ACÓRDÃO Nº1167/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 12369/2020.**
- 2- **Assunto:** Tomada de Contas Especial.
- 3- **Órgão:** Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa - SEC.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Marcos Apolo Muniz de Araujo (Gestor) e Ana Katia da Silva (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Anne Paiva de Alencar - OAB/AM nº 8316.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4029/2021-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado de Cultura - SEC. Exercício de 2019.

*Regularidade com ressalvas. Quitação. Recomendação. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos d do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa - SEC, referente ao exercício 2019, sob a responsabilidade do **Senhor Marcos Apolo Muniz de Araujo**, Secretário de Estado de Cultura e Economia Criativa - SEC, e da **Senhora Ana Kátia da Silva**, Ordenadora de Despesas da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa - SEC, nos termos do artigo 22, inciso II, da Lei n. 2423/1996 – LOTCE/AM c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM;
- 10.2. **Dar quitação ao Senhor Marcos Apolo Muniz de Araujo e à Senhora Ana Kátia da Silva**, nos termos do art. 24 da Lei n. 2423/1996;
- 10.3. **Recomendar** a Secretaria de Estado de Cultura - SEC que:
  - 10.3.1. Envide esforços para regularizar, de forma definitiva, com brevidade, a divergência entre o valor registrado na conta Bens móveis do Balanço Patrimonial e o valor registrado no Inventário dos Bens Permanentes (AJURI), a fim de que o Balanço espelhe a situação Patrimonial real do Órgão (itens



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

**ACÓRDÃO Nº1167/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1.1 e 2.1 da fundamentação do Relatório/Voto);
- 10.3.2.** Envie esforços para regularizar, de forma definitiva, com brevidade, a conta Bens Imóveis do Balanço Patrimonial, a fim de que o Balanço espelhe a situação Patrimonial real do Órgão (itens 1.2 e 2.2 da fundamentação do Relatório/Voto);
- 10.3.3.** Atente-se com rigor às disposições do art. 63, § 2º, I, da Lei n. 4.320/64, mesmo diante da necessidade de reconhecimento de dívida, providenciando a documentação necessária para proceder à liquidação dos valores devidos, com a descrição do objeto, a atestação dos serviços e a quitação, sem ressalvas, pelo fornecedor (itens 1.3 e 2.3 da fundamentação do Relatório/Voto);
- 10.3.4.** Envie os processos de Prestação de Contas dos Contratos de Patrocínios a esta Corte de Contas para a devida análise dos recursos transferidos a terceiros, por tratar-se de uma obrigação decorrente do disposto no art. 70, parágrafo único da Constituição Federal (itens 1.4 e 2.4 da fundamentação do Relatório/Voto).

**10.4. Arquivar** o processo, conforme art. 162, §1º da Resolução n. 04/2002-TCE/AM.

**11- Ata:** 37ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 8 de Novembro de 2021.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Josué Cláudio de Souza Neto.

**13.1. Declaração de Impedimento:**

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral